

# **ECONOMIA SOLIDÁRIA E COLETA SELETIVA EM JOÃO PESSOA/PARAÍBA: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO NORDESTE BRASILEIRO**

AVANÇO DE PESQUISA EM CURSO

GT-15 - Medio Ambiente, Sociedad y Desarrollo Sustentable

Vanessa José da Rocha

## **RESUMO**

O trabalho objetiva apresentar os primeiros levantamentos realizados na pesquisa de doutoramento desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Sociologia, pela Universidade Federal da Paraíba, acerca de projeto vinculado à Política de Resíduos do município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, Brasil. A problemática da pesquisa se centrou na avaliação do projeto intitulado “Acordo Verde” que, por iniciativa da prefeitura daquela cidade, objetivava não só implantar coleta seletiva em seus bairros, mas também incluir socialmente os *catadores(as)*, incentivando-os a se organizarem na forma associativa, dentro da perspectiva da *solidariedade*, requerida em relações de trabalho entre os catadores(as) organizados na forma associativa ou cooperativa. Os dados levantados apontam para o fato de que o Acordo Verde não só objetiva a seleção de materiais de resíduos no meio urbano como também, visa a incluir socialmente os catadores(as) por meio dos princípios da corrente de pensamento e movimento social conhecida no Brasil, como Economia Solidária de acordo com as reflexões de autores como (SINGER, 2002), (GAIGER, 2004), (ALVES, 2004) e (FRANÇA FILHO, 1999, 2006). O método adotado para análise e discussão do presente artigo articulou técnicas como o levantamento bibliográfico na temática da Avaliação em Política Pública da Economia Solidária e as técnicas de coleta de dados junto aos órgãos públicos da prefeitura de João Pessoa e às associações de catadores(as). O trabalho está dividido em duas sessões, sendo que a primeira traz um breve histórico sobre a implementação e funcionamento do projeto Acordo Verde e a experiência brasileira dos catadores(as) ante a política pública de resíduos e uma segunda sessão, onde passamos a analisar criticamente os dados coletados à luz de autores como (MINAYO, 2005), (SOUZA, 2006), (SILVA, 2009). O presente trabalho, assim, além de apresentar um panorama e as principais características do projeto avaliado, aponta alguns avanços e desafios detectados pela pesquisa, os quais proporcionaram nossas análises com o fim de avaliar as potencialidades e deficiência enquanto ação da política pública municipal de resíduos, articulada e integrada com as demais políticas sociais da capital paraibana.

## **1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE RESÍDUOS E O ACORDO VERDE NA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Pela conquista de um desenvolvimento social incluyente, ambiental e socialmente sustentável, registra-se, com destaque, o 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, criado em meados de 1999, que reuniu mais de 1.700 catadores(as), em junho de 2001, em Brasília, onde foi lançada a Carta de Brasília - documento que expressa as necessidades do grupo e que veio a inspirar e contribuir para a criação do Movimento Nacional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis. (MNCR, 2012).

A partir do I Fórum Social Mundial em 2001 foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária que está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária (FEBS, 2012), que teve forte papel na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com o fim de formular e promover políticas públicas voltadas para empreendimentos solidários em todo o país (MTE, 2012).

No ano de 2003, após a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores(as) de Lixo<sup>1</sup>, surgiu a iniciativa governamental de unir coleta seletiva e valorização da mão de obra desta atividade, os catadores(as). Em 2006, o Decreto 5.940 trouxe o conceito de Coleta Seletiva Solidária<sup>2</sup> que agregou valor ao trabalho dos ‘catadores(as) de lixo’ visando à sua inclusão social e geração de emprego e renda por meio do cooperativismo, identificando o forte potencial econômico e socializador do reaproveitamento e reciclagem de materiais para o desenvolvimento sustentável.

A partir do desafio de extinguir os *lixões* de todas as cidades brasileiras apresentado pela Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e seu decreto regulamentador – Decreto N.º 7.404/2010, a gestão de resíduos torna-se ainda mais recorrente no debate e na discussão política, econômica e social. Esta preocupação volta-se para o pensar sobre as comunidades que vivem da atividade de catação dentro e fora dos lixões extrapolando as questões de saneamento e tornando-se obrigatória, normativamente, embora esteja longe de se concretizar socialmente.

Tendo em vista que o município de João Pessoa extinguiu seu o *Lixão do Roger*, lixão que era localizado no bairro de mesmo nome, em meados 2001 e implantou o seu Aterro Sanitário por meio da Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR), a administração propôs, a instituição do Acordo Verde.

O projeto, enquanto parte integrante da política de resíduos do município, se resume na participação ativa da população, incentivada apenas pelas campanhas da Prefeitura e se concretiza por um tipo de ‘protocolo de intenções’ onde pactuam entre si, os moradores dos bairros atendidos pelo programa, o poder público por meio da EMLUR e os catadores(as), denominados pelo projeto de ‘Agentes Ambientais’ organizados em associações.

Neste protocolo de intenções, cabe aos moradores, separar ao menos os resíduos orgânicos ou ‘molhados’ como a eles se referem, destinando aqueles possíveis de reaproveitamento ou reciclagem aos catadores(as). A estes cabem passar nas ruas e residências, em datas e horários previamente anunciados e coletar os materiais recicláveis para leva-los até os pontos de separação (Galpões). À prefeitura cabe recolher o material orgânico e prover a infra-estrutura necessária nos chamados galpões de triagem ou Núcleos de Coleta onde os materiais devem ser devidamente separados por tipo e preparados para a venda pelos catadores(as) associados.

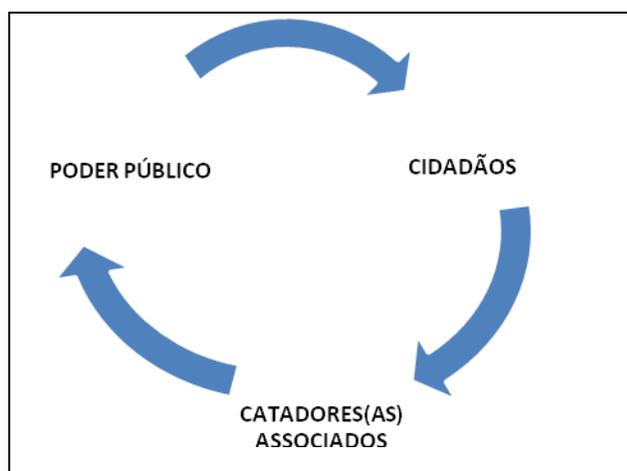
O Acordo Verde adota assim, uma metodologia tri-partícipe de gestão onde o poder público assume a responsabilidade de dar infraestrutura aos catadores(as) e ao sistema de coleta pública da cidade, os habitantes adotam a coleta seletiva em suas casas ou ambiente de trabalho (fontes geradoras de resíduos) e os catadores(as), organizados em associações, realizam a separação dos resíduos por tipo (vidro, papel, plástico e metais) e preparam o material para ser comercializado. A renda gerada, em tese, deve ser compartilhada entre os associados.

---

<sup>1</sup>Decreto s/n de 11.09.2003

<sup>2</sup> Decreto n. 5.940/2006 - Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: I - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis.

## METODOLOGIA DO ACORDO VERDE



**Figura 2: Modelo de gestão participativa do Acordo Verde**

**Fonte: Pesquisa de Campo.**

A metodologia proposta pelo Acordo Verde tem um caráter muito mais ‘filosófico’ do que institucional, já que a própria prefeitura o chama de ‘Protocolo de Intenções’ ou de ‘Projeto’ e não de uma política pública de fato. Suas ações são ainda incipientes ou esporádicas e dependem das decisões no âmbito da política de resíduos local. Entretanto, pudemos identificar na proposta do Acordo Verde, vários elementos que, reunidos e fortalecidos, podem caracterizar uma política pública co-participativa e de cunho sustentável econômica e ambientalmente e com fortes traços de solidariedade no que tange à organização associativa dos catadores(as).

## 2. O ACORDO VERDE DENTRO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS MUNICIPAL

Para Paul Singer a atividade de separar resíduos, valorizando o trabalho de catadores(as) por meio da organização associativa ou cooperativa, alia a questão da sustentabilidade urbana no que concerne aos impactos ambientais e à inclusão social onde

A coleta seletiva, além de contribuir significativamente para a sustentabilidade urbana, vem incorporando gradativamente um perfil de inclusão social e geração de renda para os setores mais carentes e excluídos do acesso aos mercados formais de trabalho (SINGER, 2002, apud Ribeiro e Besen, 2007, p. 4).

É de bom alvitre relembrar que os catadores(as) e outros sujeitos que vivem em condições de exclusão no mundo moderno não se encontram ‘naturalmente’ nessas condições como apregoa o senso comum. Sabemos que os mecanismos de reprodução do capital, da concentração das riquezas, do desemprego estrutural e o acirramento das desigualdades podem explicar melhor tais condições de precarização, onde não ter dinheiro nem emprego, os colocam no patamar da linha da pobreza extrema, pois

Sem dinheiro, sem recursos, não há existência social nem mesmo, afinal, qualquer existência, material, física. Esta é a raiz dos problemas. A existência social dos indivíduos depende da economia e os indivíduos

perdem muito mais do que um emprego quando perdem seu trabalho ou não encontram um. (GODELIER, 2001, p. 8)

Deste modo, retomamos a literatura da área de políticas públicas (DRAIBE, 1990), (FRANÇA FILHO, 2006) e (SILVA, 2009), para pensar como a política de resíduos se articula com a questão do trabalho de catadores(as), partindo da ideia de que assim como toda política pública está relacionada com diversas esferas, atividades e setores da sociedade, pois as políticas públicas

se desenvolvem num processo circular que vai da constituição de um problema que é incorporado às agendas governamentais, passando pela formulação de alternativas; adoção da política; implementação ou execução de programas sociais, enquanto expressão de concretude da política e avaliação desses 4 programas. Trata-se de um movimento circular que envolve diferentes sujeitos portadores de interesses e racionalidades diferentes. Nessa dinâmica se desenvolvem várias atividades processuais que se situam no interior do sistema político (SILVA, 2009, p.4)

Ao considerarmos a situação de vulnerabilidade dos catadores(as) e ainda, a necessidade de dar um tratamento adequado à questão dos resíduos para muito além da perspectiva do saneamento, nos convencemos da necessidade da implementação de políticas públicas que apliquem a devida atenção ao quadro de precarização destes trabalhadores. Eles que vivem na perigosa zona da exclusão e da indigência social, amargam a condição social de não alcançar as exigências de empregabilidade que o mercado requer nem os recursos para as condições básicas de sobrevivência.

Em consonância com a ideia da necessidade da implementação de políticas voltadas para a questão de resíduos e ainda, para a situação de risco e vulnerabilidade de catadores(as), é relevante apontarmos a nossa concepção de política pública aqui tratada como cíclica e imbricada com as lutas sociais, permeadas entre o poder público e a sociedade e comungamos com a postura de Ozanira Silva que defende:

Parto, portanto, do entendimento de que uma política pública, desde a sua formação (formulação) envolve mobilização e alocação de recursos, divisão de trabalho (tempo); uso de controles (poder), interação entre sujeitos; interesses diversos, adaptações; riscos e incertezas sobre processos e resultados; noção de sucesso e fracasso, destacando-se a relevância dos sujeitos sociais desse processo e suas racionalidades. Assim, o processo das políticas públicas é assumido, nos seus diferentes movimentos, por uma diversidade de sujeitos que entram, saem ou permanecem no processo, sendo estes orientados por diferentes racionalidades e movidos por diferentes interesses, fazendo do desenvolvimento das políticas públicas um processo contraditório e não linear. Esses interesses são mediados pelo Estado, especificamente pelo sistema político, sendo que a constituição dos interesses é explicada diferentemente pelos três principais paradigmas da Ciência Política contemporânea (SILVA, 2009, p.6).

As considerações acima explicitadas nos parecem fundamentais para discutirmos como devem ser formuladas, concebidas e desenvolvidas políticas públicas de resíduos, educação, saúde, trabalho ou qualquer outra, pautando-nos pela perspectiva de que tais políticas carecem de permanente acompanhamento e Avaliação que deve ser interpretada como uma importante etapa do ciclo de

política (MINAYO, 2005), a qual prever mecanismos para verificar a eficiência, eficácia e efetividade<sup>3</sup> da política. Tais parâmetros devem visando à intervenção e tomada de decisões para a sua melhoria e ainda, de atestar e fiscalizar o uso do dinheiro público, ação reivindicada pela sociedade civil e por grupos que vem demandando por ações efetivas do Estado. Ações concretas por políticas de emancipação cuja efetividade carece de fiscalização, acompanhamento e avaliação cada vez mais cobrados por cidadãos e organizações de fomento.

Assim, a avaliação de políticas públicas se torna um importante instrumento de gestão e de governabilidade e dessa forma,

passa-se a desenvolver a avaliação no sentido de aferir a eficiência na utilização dos recursos e para dimensionar o grau de eficácia com que os objetivos dos programas estão sendo alcançados (...), expressando demanda de grupos sociais organizados para ampliação da cidadania; demanda para universalização das políticas sociais; demanda por melhoria das condições de vida e busca por práticas participativas descentralizadas nos processos das políticas sociais, transparência, controle social democrático e instrumentalização das lutas sociais. (SILVA, 2009, p. 7).

No que se refere aos métodos de avaliação<sup>4</sup> do projeto em questão, tomamos como base as perspectivas de avaliação em política pública, as colocações de algumas estudiosas da área como (MINAYO, 2005), (SOUZA, 2006), (SILVA, 2008, 2009), que de algum modo, nos levam à compreensão de que uma política pública deve ser, essencialmente, um conjunto contínuo de ações que se desenvolvem de forma processual e dinâmica. Nossos estudos também mostram que essas ações podem ser compreendidas na forma de um *ciclo* retro-alimentado constituído pelas seguintes fases: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (SOUZA, 2006).

Os primeiros levantamentos feitos a partir da coleta de dados propiciaram a identificação dos principais atores do processo de coleta seletiva de João Pessoa que se articulam ou se embatem na esfera de uma política macro de resíduos cuja força se intensifica ou se enfraquece de acordo com a organização do trabalho de catadores(as) que se interagem com diversos outros atores identificados e devidamente classificados:

<b>ATORES SOCIAIS</b>	<b>FORMA DE PARTICIPAÇÃO</b>
EMLUR – Empresa Municipal de Limpeza Urbana	Aparece como principal agente do poder público;
ASTRAMARE, a ASCARE e a ACORDO VERDE.	<b>Associações formalizadas de catadores(as) em João Pessoa as quais:</b> - A ASTRAMARES está registrada com cerca de cem catadores(as) que atuam em diferentes áreas do Roger, Aterro Sanitário e Cabo Branco; - A ASCARE criada recentemente (2012), formada por vinte e dois membros dissidentes da ASTRAMARES e atuando no bairro do

<sup>3</sup>Entende-se, segundo (SILVA, 2009), por **eficiência** ou rentabilidade econômica a relação entre os custos despendidos e os resultados do programa; **eficácia** é o grau em que os objetivos e metas foram alcançados na população beneficiária, num determinado período de tempo e **efetividade** é a relação entre resultados e objetivos (medida de impacto).

<sup>4</sup>Entendida aqui como uma das fases do ciclo da política pública com vistas à apuração da eficiência, eficácia e efetividade (MINAYO, 2005).

	Bessa; - A ACORDO VERDE com cerca de 25 membros, atua nos bairros de Mangabeira e Cidade Universitária.
Comissão Municipal de Coleta Seletiva.	Criada pelo decreto n.º 6.923/2010 e composta por um representante de algumas secretarias municipais e as associações (cerca de 10 membros).
A Rede de Lixo e Cidadania.	Formada por representantes dos catadores(as) e articulada e Cáritas.
Cáritas Brasileira	Entidade de fomento ligada à Pastoral Urbana da Igreja Católica.
Fórum Estadual de Economia Solidária;	Representação do Fórum Nacional criada para a articulação de empreendimentos solidários em rede.
Sucateiros ou donos de caminhão	Também chamados de ‘atravessadores’, pois compram material dos catadores(as) para revender às Fábricas.
Fábricas	Empresas que compram materiais para reciclar ou utilizam como matéria prima (papel, plásticos, minerais, etc).
Catadores(as) informais	Sem associação que trabalham sem vínculo qualquer.
Moradores dos bairros atingidos pelo projeto	Realizam a separação de resíduos nas residências.

**Tabela 1 – Atores sociais da Política de resíduos do município de João Pessoa/PB**

Durante nossa pesquisa junto aos catadores(as)(as), comerciantes e gestores pudemos extrair várias informações que permitiram traçar algumas características importantes sobre as associações, seus membros, suas atividades e sobre como vem sendo realizada a Coleta Seletiva Solidária de João Pessoa.

Não obstante ao tamanho da amostra de somente treze questionários aplicados em um primeiro momento, abrangendo apenas uma das associações existentes, as conversas informais, a participação de reuniões e as leituras e observações realizadas nos deram uma primeira identificação e entendimento sobre o perfil dos catadores(as)(as) associados e suas atividades, iniciando assim, uma tentativa de alcançar o desenho da cadeia produtiva dos materiais descartados, coletados, separados e comercializados na cidade, ilustrada a seguir:

#### A CADEIA PRODUTIVA DE MATERIAS DE JOÃO PESSOA



**Figura 4: Ilustração da Cadeia Produtiva de Materiais Recicláveis de João Pessoa/PB**

Fonte: Pesquisa de Campo

Identificamos, por exemplo, que a grande maioria dos trabalhadores da ASTRAMARE é oriunda do extinto Lixão do Roger e se associou por incentivo da prefeitura na época da extinção do lixão, que ocorreu por força de ações civis públicas impetradas pelo Ministério Público Federal que culminaram em uma decisão judicial pela extinção. O lixão recebia resíduos de toda a cidade de João Pessoa e ainda dos municípios limítrofes de Cabedelo e Santa Rita. Por falta de trabalho, mais de trezentos catadores(as) trabalhavam no Lixão, sendo que muitos deles até moravam no local, por não terem moradia. Viviam em condições desumanas de sobrevivência.

Nesta fase da pesquisa pudemos traçar um panorama preliminar do perfil-sócio-econômico dos catadores(as) a partir dos questionários aplicados, cujas análises puderam ser complementadas pelas entrevistas.

Nossos levantamentos preliminares apontaram um quadro já esperado que nos indica vários aspectos pertinentes ao perfil dos trabalhadores como, por exemplo, de que 25% da população investigada se encontra na faixa etária jovem e 62% na faixa etária adulta, conforme classificação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>5</sup>.

Foi observada também uma forte participação das mulheres nos grupos investigados, atingindo um índice de 42% que nos instiga a aprofundar na pesquisa, buscando identificar as especificidades no que tange a questão de gênero sobre o trabalho nas associações. Um exemplo disto se revela quando o gestor do Galpão de Triagem da Cidade Jardim Cidade Universitária é instado a falar sobre as diferenças e dificuldades típicas por parte das mulheres para desempenhar as tarefas, afirmando:

Só questão de serviço pesado. Carregar, caminhar, descarregar, mulher num pode fazer isso (...) Aí vem um caminhão e tem que botar esses fardos encima do caminhão. Mulher num participa disto aí não, só os homens (JUNIOR, 2012).

Entretanto, quando perguntado sobre os prejuízos que as mulheres podem sofrer por conta de suas fragilidades físicas ou sociais como cólicas menstruais, maternidade e obrigações domésticas, é taxativo:

Isto aí, eles nem informa à gente. Quando eles tão nesse tempo aí, eles nem vem trabalhar. Nem informa a gente não(...) Deixou de produzir, né? Ela perde. (JUNIOR, 2012).

Perguntado se o relacionamento e o trabalho se tornam melhores ou mais competitivos dentro da associação por conta da presença das mulheres, o gestor afirma:

São mais organizadas. Às vezes a gente prefere uma mulher trabalhando do que um homem por que elas são mais organizadas. Elas sabem organizar as coisas. Só fica no grupo quem entende. (...) Só existia mais homem fazendo esse trabalho. Acredito que melhorou porque hoje tem mais mulher. O galpão ajudou a ter mais mulher.

Assim, mesmo sendo consideradas mais organizadas e conscientes da sua responsabilidade no trabalho, as mulheres ainda recebem menos e não possuem tratamento adequado em suas especificidades fisiológicas ou como mães e donas de casa, cabendo esta análise ser aprofundada.

---

<sup>5</sup>Vide faixas no link [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao\\_jovem\\_brasil/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm)

No que tange à questão de raça, é fortemente perceptível a autodeclaração de cor negra em 44% e parda em 38% o que confirma a relação racial no que concerne à exclusão social na questão da raça negra, ou seja, ela é maioria entre os catadores(as) entrevistados e a cor/raça branca, minoria.

O baixo grau de instrução também foi verificado junto aos associados, revelando um índice de 23% de analfabetismo, concentrando 45% de formação em nível fundamental e apenas 9% de formação em nível médio, cabendo ressaltar aqui que esta formação maior incidiu com maior frequência entre as lideranças ou gestores.

Notou-se um equilíbrio entre os associados solteiros com um índice de 47% igualmente com os ditos em união estável, que se soma aos 6% de declarados casados efetivamente. Por outro lado, o índice de filhos de 1 a 2 se concentrou em 35% e entre 3 e 4 em 29%, independentemente do estado civil.

No que se refere à renda percebida por conta da atividade de catação ou separação de materiais, obtivemos uma concentração de 43% dos entrevistados recebendo entre R\$201,00 e R\$400,00 e 24% entre R\$401,00 e R\$600,00, respectivamente. Isto configura uma percepção de rendimentos abaixo do salário mínimo do país, vigente atualmente em R\$622,00.

Por outro lado, há que se investigar outras fontes de rendimento como aquelas advindas de programas sociais como Bolsa Família e afins para melhor apuração das faixas de renda das famílias pesquisadas ou ainda aquelas obtidas em outras atividades, mas aqui já temos indícios de que a catação gera uma renda, em média, menor que as necessidades básicas de sobrevivência requerem na atual conjuntura sócio econômica do país.

Os catadores(as) nos relataram que após a extinção do Lixão do Roger, se depararam com um outro problema. Se por um lado a extinção do lixão representava um avanço no que dizia respeito às condições de saneamento e ambientais da cidade, por outro, deixava um enorme contingente de pessoas desprovidas de sua única atividade de trabalho e local de moradia.

Sendo pressionada pela opinião pública e pelo Ministério Público, a prefeitura se viu obrigada a desenvolver ações que envolvessem o trabalho de catadores(as), resultando desta necessidade, as primeiras tentativas de implementar uma política de coleta seletiva na cidade e promovendo a construção de locais exclusivos para que os catadores(as) pudessem realizar a separação de resíduos. A outra iniciativa da prefeitura foi incentivar a criação de associação, a exemplo de outras cidades brasileiras. Nasce, portanto, deste cenário, o projeto Acordo Verde, coordenado pela EMLUR que propõe implementar uma gestão compartilhada ou de co-responsabilidade dos resíduos da cidade.

Por outro lado, foi identificado no discurso dos variados sujeitos, o forte papel da EMLUR no desenvolvimento da coleta seletiva da cidade. Identificou-se, por exemplo, que foi através dela que ocorreu a formação, fundação e registro legal das associações ASTRAMARE e ACORDO VERDE, ambas formalmente conveniadas com a EMLUR. Nestas associações, toda a iniciativa de separação de resíduos foi gestada a partir da extinção do antigo Lixão do bairro do Roger, iniciada no ano de 2001 e finalizada formalmente em 2003, por força da ação do Ministério Público.

Percebeu-se, claramente, a falta de articulação do projeto do Acordo Verde com os demais atores como a Rede de Lixo e Cidadania que atua, há vários anos, no setor articulada com o Movimento Nacional de Catadores(as) de Material Reciclável (MNCR) que desenvolve o programa nacional CATAFORTE, entidades de apoio como a Cáritas, agências de financiamentos e capacitação como as Incubadoras de empreendimentos solidários das Universidades e diversas entidades que poderiam firmar parcerias e fortalecer, por meio de financiamento ou consultoria técnica, as ações já desenvolvidas.

Buscando as consequências da falta de articulação do Acordo Verde com estas entidades, já identificamos perdas significativas aos catadores(as), como por exemplo, a falta de apoio, na forma de consultoria, por parte da Cáritas-PB para fins de elaboração de projetos de captação de financiamentos por parte de bancos públicos ou agências de fomento e ainda, a falta de representação

organizada da categoria por falta de articulação com o MNCR. O programa poderia obter ganhos importantes, por exemplo, se articulando com a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES), da Universidade Federal da Paraíba para promover capacitação para organização cooperativa ou associativa. Há que se investigar o porquê da falta de articulação com tais entidades, bem como identificar caminhos de articulação.

Obviamente, todas as observações acima descritas estão longe de esgotar todos os desdobramentos da Coleta Seletiva Solidária de João Pessoa onde o cooperativismo e associativismo ainda se demonstram como formas de organização em plena gestação cuja consolidação depende fortemente do comprometimento do poder público e seus investimentos financeiros e humanos como elementos fundantes desta iniciativa.

Do ponto de vista da Avaliação em Política Pública enquanto estratégia investigativa, a Coleta Seletiva Solidária de João Pessoa tal como se apresenta, aponta para a carência de adoção de dimensões como a utilidade, viabilidade política, prática econômica, e a ética no que diz respeito aos valores dos atores sociais envolvidos e ainda, a precisão técnica no processo avaliativo (PENNA FIRME *in* MINAYO, 2005).

Diante deste quadro, podemos inferir, preliminarmente, que a atual Coleta Seletiva Solidária de João Pessoa enquanto política pública, muito se aproxima do tipo conceitual de ‘Incrementalista’ como proposta por (Lindblom (1979), Caiden e Wildavsky (1980) e Wildavsky (1992) *in* SOUZA, 2006), onde as “*decisões do poder público parecem ser marginais e incrementais e desconsideram mudanças políticas ou mudanças substantivas que vem ocorrendo*” (SOUZA, 2006, p. 29). Pelo que nossos dados vêm sinalizando, parece estar havendo um descompasso, como os autores apontam, entre a proposta e a realidade local que vem sendo tratada de forma pontual, parcial e desconexa nas suas diversas variáveis.

Pudemos verificar ainda, via observação *in loco*, que várias das ações estão desarticuladas de fatores como: a rotina de coleta de lixo da cidade (haja vista a pouca cobertura do programa nos bairros e ainda, os baixos índices de reciclagem); que ainda existem cerca de trezentos catadores(as)(as) sem associação e informais na cidade; que catadores(as)(as) não possuem os meios próprios de organização social para a forma associativa como: sede, registro de estatutos ou capital de giro, dentre outros fatores que ainda estão em fase de verificação pela nossa pesquisa.

Poderíamos compara-la ainda, ao modelo de política pública do *Garbage Can* ou, ironicamente, “lata de lixo” proposto por Cohen, March e Olsen (1972) onde

escolhas de políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo”. Ou seja, existem vários problemas e poucas soluções (...) As organizações constroem as preferências para a solução dos problemas - ação - e não, as preferências constroem a ação. A compreensão do problema e das soluções é limitada, e as organizações operam em um sistema de tentativa e erro. (SOUZA, 2006 p.32).

Nota-se uma ‘vontade’ governamental em implementar a coleta seletiva na cidade, porém, pelo que as informações vem indicando, ocorre a falta de planejamento, além de não se levar em consideração tanto as reais condições sociais dos moradores e catadores(as)(as) como também, os aspectos que envolvem a cadeia produtiva de recicláveis que possam garantir uma sustentabilidade ambiental e econômica para o setor. Contudo, os dados coletados ainda são preliminares como sua análise, que carece de uma maior reflexão e maturação sobre as relações e contraposições para fins de apreensão mais apurada da realidade empírica da pesquisa.

Em contrapartida, podemos ter como horizonte, um outro tipo de política pública de resíduos que contribua melhor para a organização e geração de renda dos catadores(as)(as) e que seja mais

articulada com as necessidades e a realidade local do tipo de ‘Arenas Sociais’ como lembra Celina Souza, num modelo que considera problemas socialmente reconhecidos e partilhados a serem resolvidos para determinadas circunstâncias ou situação social cujas ações devem prever relações, vínculos e trocas entre entidades e indivíduos envolvidos em tais situações (Souza, 2006). Ou seja, no caso da pesquisa ora apresentada, espera-se do Acordo Verde a realização de uma política pública que promova a participação efetiva dos atores sociais envolvidos, de forma relacional, articulada e realista. Considerando as falhas e a baixa efetividade da política, já sinalizada pela nossa pesquisa, a perspectiva de Arenas Sociais não parece estar sendo adotada na experiência da Coleta Seletiva Solidária de João Pessoa.

Obviamente, os dados aqui apresentados, além de preliminares não são fruto de uma Avaliação precisamente, mas de uma pesquisa de cunho acadêmico cujos dados, espera-se, servirem de contribuição para uma análise crítica desta política pública em desenvolvimento que alia a questão ambiental e geração de renda em busca da inclusão social e valorização do trabalho dos catadores(as)(as) de João Pessoa.

Além de investigar a *Coleta Seletiva Solidária* como o Acordo Verde enquanto ação ou estratégia de política pública de resíduos, resta-nos identificar como tem se desenvolvido o trabalho associativo de catadores(as)(as) e quais os avanços alcançados e desafios presentes na organização desta dimensão de trabalho coletivo e solidário como reflexo social deste grupo de trabalhadores a fim de alcançar a dimensão da Economia Solidária no desenvolvimento da política de resíduos em curso.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni & ANTUNES, Ricardo. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004
- DRAIBE, Sônia. **As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectivas de políticas públicas.** In: IPEA/iPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília. 1990
- FRANÇA FILHO, G.; DZIMIRA, S. **Economia solidária e dádiva.** *Revista Organizações de Sociedade*, n. 14, v. 6, Salvador: EAUFBA, jan/abr, 1999.
- \_\_\_\_\_, G. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação.** In: França Filho, G. ; Laville, J. ; Medeiros, A. e Magnen, J.P. (Orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.* Edufrgs-Edufba, Porto Alegre-Salvador, 2006.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany (org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2004.
- GODELIER Maurice. **O Enigma do Dom.** 1º capítulo, Editora Civilização Brasileira, 2001. Fonte: Coojornal - Cooperativa Jornalística Digital ([www.riototal.com.br/coojornal/](http://www.riototal.com.br/coojornal/)).
- MINAYO, Maria C. S. (Org). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais.** Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Construindo Uma Abordagem Participativa Para Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. Congress of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, Brasil, junho, 11 a 14 de 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

[http://www.mnrc.org.br/box\\_1/sua-historia](http://www.mnrc.org.br/box_1/sua-historia). Acesso em 04 de março de 2012.